



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 546921 - ES (2019/0349054-7)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : FERNANDA BARROSO ANDRADE BITTENCOURT  
**ADVOGADO** : FERNANDA BARROSO ANDRADE - MG116741  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : RANDERLES NEVES DE OLIVEIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : RENAN NEVES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PROCESSO EM FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52/STJ. PERDA DO OBJETO. PARECER ACOLHIDO.

*Writ* prejudicado, devendo o Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal - Tribunal do Júri - da comarca de Cariacica/ES, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, que perdura por mais de dois anos, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Randerles Neves de Oliveira** contra ato coator da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que denegou a ordem, mantendo a segregação cautelar do paciente.

Tem-se dos autos que o Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal de Cariacica/ES decretou a prisão preventiva do paciente pela suposta prática do crime de homicídio qualificado para garantia da ordem pública, a regular instrução criminal e aplicação da lei penal (fls. 31/36 - Processo n. 0016492-42.2017.8.08.0012).

Sob alegação de excesso de prazo na formação da culpa, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de Justiça, que, por sua vez, denegou a ordem (fls. 21/24 -

Habeas corpus n. 0026359-27.2019.8.08.0000).

Daí o presente *writ*, em que se alega constrangimento ilegal na prisão preventiva do paciente, em razão do excesso de prazo na formação da culpa.

Diz que o paciente está PRESO PROVISORIAMENTE HÁ 2 ANOS E 1 MÊS, DESDE O DIA 10/11/2017 NA COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES/MG EM RAZÃO DE CUMPRIMENTO MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA EXPEDIDO PELO JUIZ A QUO NO DIA 9/11/2017 (CONFORME ANDAMENTO PROCESSUAL 0016492-42.2017.8.08.0012 NA PÁGINA DO TJES), TOTALIZANDO, ATÉ O PRESENTE MOMENTO, 763 CUSTODIADO CAUTELARMENTE SOB A IMPUTAÇÃO DO CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO, SEM TER, CONTUDO, ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL DA 1ª FASE DO JÚRI (fl. 8).

Requer-se, assim, a revogação da prisão preventiva, com a expedição do respectivo alvará de soltura.

A liminar foi indeferida (fls. 54/56).

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas às fls. 61/67.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou em parecer assim ementado (fl. 71):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. HOMICÍDIO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EXCESSO DE PRAZO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA 52, STJ. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. NÃO CONHECIMENTO.

Estes autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 534.492/ES.

É o relatório.

O *mandamus* perdeu seu objeto.

Isso porque, diante das informações colhidas no portal eletrônico da Corte local, em 2/4/2020, foi possível observar que a instrução processual foi encerrada em 13/3/2020, com intimação das partes para apresentação de alegações finais por meio de memoriais.

Aplicável, portanto, a Súmula 52/STJ, segundo a qual *encerrada a instrução*

*criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.*

Posto isso, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo** o *habeas corpus prejudicado*, devendo o Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal - Tribunal do Júri - da comarca de Cariacica/ES, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei n. 13.964/2019, denominada "Pacote Anticrime", atentar-se para a necessidade de verificar a persistência dos fundamentos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, que perdura por mais de dois anos, podendo, em caso de insubsistência dos argumentos, revogá-la.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator